

Congresso avalia modelo de outros parlamentos

Não só o Poder Legislativo tem um modelo ultrapassado — o Executivo brasileiro também não fica atrás —, como a própria atividade de “fabricar leis” é mal exercida. Esse é o testemunho de inúmeros parlamentares que já se dedicam ao estudo de outros parlamentos do mundo, até para trazer contribuições ao projeto de modernização do processo legislativo na Câmara e no Senado Federal. A prática de apresentar projetos a granel, aprovar um sem número de leis a cada ano não existe em outros países. E até contradiz a fama de que deputado brasileiro não trabalha. Trabalha e muito, mais até do que deveria.

Esse reconhecimento de afincamento excessivo dos parlamentares brasileiros não vale apenas para a apresentação de projetos de lei — só em 1990 tramitaram na Câmara mais de cinco mil propostas — mas, também, para o número de reuniões plenárias e até de discursos. Cada vez mais fala-se menos nos parlamentos europeus, onde o número de leis

em discussão em todos os países somados não chega à metade dos que tramitaram no Congresso Nacional no ano passado. Pelo menos quatro deputados da Comissão de Modernização da Câmara estão ou já foram ao exterior, para buscar subsídios.

Entre as novidades que o relator da comissão, deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), e o presidente, Miro Teixeira (PDT-RJ), pretendem introduzir na Câmara é a Comissão de Pertinência, como a que existe na França. Já apelidada de **guilhotina**, sua tarefa principal será a seleção dos projetos apresentados na Casa. Não passarão mais propostas autorizativas que já tenham sido previstas na Constituição — tramitam hoje 131 projetos e mensagens — 25 datas nacionais —, desde o Dia Olímpico, do ex-deputado Márcio Braga (PMDB-RJ) à Semana do Trabalhador, do deputado Paulo Paim (PT-RS).

“Projeto de lei é coisa séria, não pode ser instrumento vulgar de práticas eleitorais”, diz Miro Teixeira, que anuncia também a

inversão do fluxo na tramitação dos projetos nas comissões permanentes. Aí o interesse é de preservar boas propostas e desafogar a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (CCJR). As matérias serão analisadas inicialmente no mérito e, depois, na juridicidade e técnica legislativa. Os próprios relatores que vão avaliar o mérito podem dar parecer sobre a constitucionalidade. Hoje, todas as propostas passam pela comissão, no início e no fim, para redação final.

Miro disse ainda que muitos países, cujos parlamentos podem ser considerados mais avançados que o brasileiro, estão também vivendo processos de modernização, o que faz com que a troca de informações seja bastante enriquecedora. Surpreendeu-se com a França, onde os deputados que desejam falar sobre qualquer assunto que não esteja na ordem do dia precisam fazer um requerimento. E com a Inglaterra, onde só falam os parlamentares com, no mínimo, dois mandatos.

O senador Ronan Tito (PMDB-MG) lembra que nos Estados Unidos, nas últimas eleições, 98 por cento da Câmara foram reeleitos. No Brasil, menos de 40 por cento.

Isso sem falar no número de leis aprovadas no exterior. É mínimo, enquanto, no Brasil, aprova-se mais leis por ano do que as que compõem muitas constituições estrangeiras. Aliás, só no Brasil muda-se tanto a Carta Magna. A nova, com pouco mais de dois anos, já tem 14 propostas de emendas antes da data prevista para sua revisão. E isso de baixo de muito patrulhamento. A Constituição norte-americana tem 200 anos. É quase impossível que os campeões em apresentação de projetos não tenham propostas dispensáveis. Todos eles têm pelo menos um criando o dia nacional de alguma coisa, que vai colaborar para o congestionamento de pautas, gastos de papel e tempo, não só de parlamentares como dos funcionários da Casa.